



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, fornecer um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially.

Under the following terms:

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 83
Junho – 2007

S U M Á R I O

- 2 A Rússia de Putin: uma nova guerra fria?
Cristina Soreanu Pecequilo
- 5 Morte do G4: ponto final para a Rodada Doha?
Marcos Paulo de Araújo Ribeiro
- 7 Bush no Brasil
Cristina Soreanu Pecequilo
- 9 Política africana do governo Lula: um ponto de inflexão (e reflexão)
Cláudio Oliveira Ribeiro
- 12 O contrabando de produtos da bovinocultura no Mercosul
Argemiro Procópio
- 15 Gordon Brown e os novos rumos para o Trabalhismo britânico
Tiago Wolff Beckert
- 17 Ainda Irã e Estados Unidos: origens recentes da desinteligência
Virgílio Arraes
- 19 Charles Taylor na Haia: limites da justiça internacional?
Izadora Xavier do Monte

Ainda Irã e Estados Unidos: origens recentes da desinteligência

VIRGÍLIO ARRAES*

Nas últimas semanas, o governo russo pôs de lado o linguajar diplomático e manifestou abertamente o seu descontentamento com a proximidade militar entre Estados Unidos e dois países da Europa Oriental, Polônia e República Checa, outrora áreas de influência soviética. Ao lado da Hungria, os dois compuseram a quarta expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1999.

De acordo com o governo norte-americano, ambos os Estados receberão respectivamente um sistema antimísseis e um de radares, de maneira que possam colaborar na defesa da União Européia, em caso de um eventual ataque aéreo de países renegados como o Irã ou Coreia do Norte. Na avaliação russa, nem as forças armadas iranianas, nem as norte-coreanas teriam condições tecnológicas de desfechar ataques aéreos expressivos à Europa.

Embora haja solidariedade militar presumível entre os países-membros da OTAN, a desinteligência maior situa-se no outro lado do Atlântico em relação ao Irã e Coreia do Norte. Deste modo, um e outro adversário dos Estados Unidos não têm interesse em alastrar atritos de nenhuma ordem com os Estados europeus, normalmente mais conciliadores.

A menção cotidiana ao comportamento repreensível do Irã ocasiona reflexão sobre a motivação da insistência por parte dos decisores norte-americanos. Nesse sentido, localiza-se o marco mais recente de uma postura antiirânica no mandato ainda de George Bush, sênior, em 1992, após o êxito na I Guerra do Golfo.

Seus formuladores originais foram Dick Cheney, à testa do Departamento de Defesa, com seus assessores Lewis Libby, condenado, em primeira instância, por perjúrio e obstrução a investigações há pouco tempo; Paul Wolfowitz, recentemente

exonerado do Banco Mundial; e Zalmay Khalizad, atualmente titular dos Estados Unidos junto às Nações Unidas, após passagens pelas embaixaturas do Afeganistão, seu país natal, e do Iraque.

Naquele momento, o cenário era extremamente favorável à política externa do país: vigia a percepção de que o mundo teria uma única superpotência, encarregada, desta forma, da responsabilidade de manter a estabilidade da Nova Ordem. Estados observados como disfuncionais perante a nova realidade, localizados normalmente no antigo 3º Mundo, seriam alvos preferenciais.

Menos de uma década depois (2000), já com os republicanos na oposição, Rumsfeld se agregou a todos eles. Da lavra do grupo, delinear-se-ia o Projeto para o Novo Século Americano, cuja atenção se voltaria para o setor militar. De novo, enfatizar-se-ia a primazia dos Estados Unidos na política internacional, em decorrência de seu ideário, em especial a democracia.

Em termos geográficos, o Oriente Médio foi o centro da preocupação, ainda que se fizesse menção à Coreia do Norte. Em termos políticos, a orientação foi a preservação no longo prazo da estabilidade, de modo que o enfraquecido Iraque, de corte secular, figuraria como mero coadjuvante, visto que o ator principal seria o Irã, de feitio teocrático. De imediato, notava-se a sobreposição da preocupação com a estabilidade política em detrimento da democracia.

Devolta ao poder, a agremiação neoconservadora tentaria implementar as linhas gerais de suas formulações na área médio-oriental, contudo faltar-lhe-ia a justificativa perante a comunidade internacional. Involuntariamente, o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 permitiria ao governo norte-americano redefinir sua atuação na região.

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB (arraes@unb.br).

Após o Afeganistão, duas opções se apresentariam: Irã e Iraque, ambos constituintes do Eixo do Mal.

Em 2002, o Departamento de Assuntos do Norte do Golfo seria remodelado para Departamento de Projetos Especiais. Uma de suas tarefas seria o acompanhamento de atividades vinculadas a armas de destruição em massa. Logo, identificar-se-ia a movimentação do Irã em torno do enriquecimento de urânio. Em fevereiro de 2003, o governo de lá reconheceria o fato, ao anunciar a edificação de instalações nucleares em Natanz, porém a decisão de invadir o Iraque já estava tomada e se materializaria no mês seguinte.

Aparentemente, ao proclamar o Presidente Bush missão cumprida no país, a pressão sobre o Irã acentuar-se-ia, porém, em breve, ela seria atenuada em face do início do desgaste no Iraque. Contudo, a despeito de ter-se tornado o dínamo desestabilizador na região, o governo Bush insistiria no assunto, mas a partir do próprio território norte-americano. Duas medidas administrativas efetivadas:

Em janeiro e fevereiro de 2005, a Câmara e o Senado, respectivamente, apresentariam projeto de lei sobre o Irã; em março de 2006, o Departamento de Estado estabeleceria o Departamento de Assuntos Iranianos, em substituição ao Departamento de

Planos Especiais, voltado para o Iraque. Destarte, o Irã seria um dos poucos países, ao lado de Cuba, México, Coreia do Sul e China, por exemplo, a constituir um setor específico na burocracia diplomática – no total, menos de uma dúzia em mais de 180 países com os quais os Estados Unidos mantêm relacionamento diplomático, mesmo turbulento.

Em setembro de 2006, Bush congratular-se-ia com o Congresso por causa da aprovação do mencionado projeto. Ao referir-se à Lei de Apoio à Liberdade no Irã, o dirigente estadunidense justificou a sua oposição ao governo iraniano em decorrência de ele almejar armas de destruição em massa, apoiar o terrorismo, desestabilizar o Oriente Médio e desrespeitar os direitos humanos básicos, o que primordialmente havia sido utilizado para o estabelecimento do Departamento de Assuntos Iranianos.

Paradoxalmente, o emurchecimento da instabilidade do Iraque passa por negociações oficiosas ou indiretas de Washington com Teerã. Desta forma, desequilibrar politicamente o Irã, por meio de um ataque aéreo maciço, não traria a possibilidade de harmonizar o Iraque, conforme pregam alguns neoconservadores, apenas afastaria ainda mais a paz na região.



Assine a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* e adquira os livros publicados pelo IBRI

Na Loja do IBRI é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição.

Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org.br> .